



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER N.º 140/2024 - PROJUR

Parecer referente ao recurso interposto pela empresa SCHROEDER TRANSPORTE LTDA, e das Contrarrazões apresentada pela empresa EXECUTIVE TOUR VIAGENS LTDA, no Processo de Licitação n.º 149/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico n.º 47/2024-PMS. Contratação n.º 90192/2024.

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consultante do Setor de Licitações, através do despacho n.º. 49 do Processo Administrativo n.º 297/2024, solicita análise do recurso interposto pela empresa SCHROEDER TRANSPORTE LTDA e das Contrarrazões apresentada pela empresa EXECUTIVE TOUR VIAGENS LTDA, no Processo de Licitação n.º 149/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico n.º 47/2024-PMS. Contratação n.º 90192/2024.

A recorrente sustenta que deverá ser rejeitada a proposta comercial apresentada pela recorrida e inabilitar a referida empresa, apresentando para tal as seguintes razões:

- a) Da Declaração de Exequibilidade apresentada;
- b) Da Proposta Apresentada – não atendimento;
- c) Da Suspeita de Irregularidade Cadastral;
- d) Ausência de CNAE para prestação dos serviços;
- e) Incapacidade Técnica de Empresa Executive Tour Viagens
- f) Falta de Indicadores Financeiros

Requer a recorrente que: “seja rejeitada a proposta apresentada e desqualificar a empresa Executive Tour Ltda. pelas irregularidades praticadas, e dar prosseguimento ao processo licitatório”.

Em suas contrarrazões a recorrida requer que:

“Seja recebida, processada e julgada a presente contrarrazões aqui apresentada, face a sua tempestividade, para o mérito manter a decisão de classificação e habilitação da empresa Executive Tour Viagens LTDA, como vencedora do Pregão Eletrônico N. 47/2024, tendo em vista a mesma atender todos os requisitos necessários ao interesse do município, e, por consequência, negar provimento ao recurso interposto pela empresa Schroeder Transporte LTDA”.

É breve o relatório.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

2. DO PARECER

2.1. Da Declaração de Exequibilidade apresentada

A recorrente alega que a recorrida apresentou Declaração de Exequibilidade, com base em contratos firmados com o Município de Schroeder, contudo, tais contratos fogem do escopo do presente pregão, eis que a presente licitação trata de **TRANSPORTE COLETIVO ESCOLAR** que **EXIGE** veículos adaptados para atender as normas de acessibilidade e a declaração de exequibilidade apresentada pela recorrida o contrato não previa que os veículos atendessem as exigências de acessibilidade.

Entretanto, cabe ressaltar que ambos processos licitatórios tiveram como critério de julgamento o menor preço por quilometro.

Cabe ressaltar que a presunção de inexecuibilidade da proposta trata-se de uma presunção relativa e não absoluta conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, exaurado em diversos acórdãos, vejamos:

Trecho do voto do relator BENJAMIN ZYMLER Acórdão 1508/2024, de 31 de julho de 2024, TCU-Plenário.

5. Como já tive oportunidade de expor no [Acórdão 803/2024-TCU-Plenário](#), considero correta a interpretação da unidade técnica de que a **regra de inexecuibilidade presente no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 não representa uma presunção absoluta, devendo ter sua interpretação compatibilizada com o disposto no inciso IV do caput e no § 2º do mesmo artigo, o qual prevê a possibilidade de realização de diligências para sanear dúvidas sobre eventual inexecuibilidade da proposta.** (grifo nosso).

Ainda, citamos trecho do voto do relator WEDER DE OLIVEIRA Acórdão 1374/2024, de 10 de julho de 2024, TCU-Plenário.

A Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) constatou a existência de indício de irregularidades configurado pela desclassificação imediata das propostas apresentadas pelas licitantes, com valor inferior ao limite de 75% do orçamento elaborado pela administração, sem a promoção das diligências, previstas no art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, em afronta à jurisprudência desta Corte de Contas[footnoteRef:5]. [5: Súmula TCU 262; Acórdão 465/2024-TCU-Plenário, de relatoria do ministro Augusto Sherman; 2088/2024-TCU- 2ª Câmara, de relatoria do ministro Augusto Nardes; 1244/2018-TCU-Plenário, de relatoria do ministro-substituto Marcos Bemquerer; 2528/2012-TCU-Plenário, de relatoria do ministro André Carvalho; 1079/2017-TCU-Plenário, de relatoria do ministro-substituto Marcos Bemquerer; e 1161/2014-TCU-Plenário, de relatoria do ministro José Jorge.] (grifo nosso).

Ainda, nesse sentido temos a Súmula nº 262 do TCU, *in verbis*:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
sua proposta.

Contudo, a recorrida firmou declaração de que tem condições de cumprir a proposta, vejamos:

Buscando eliminar possíveis preocupações em relação à execução do contrato, a empresa reforça que com o valor proposto de R\$ 8,21 por quilômetro, possui plena condição de viabilizar a execução do objeto, uma vez que no referido valor já estão compreendidas todas as despesas com eventuais manutenções, abastecimento, gerenciamento e controle dos veículos, funcionários, bem como o seu lucro, em conformidade com as exigências do edital.

Desta forma, considerando que a empresa declarou que está “totalmente apta a cumprir as obrigações contratuais com qualidade e eficiência, em atenção ao valor proposto”, sugere-se pela manutenção da decisão do pregoeiro em relação a classificação da proposta comercial apresentada pela recorrida.

2.2. Da Proposta Apresentada – não atendimento

A recorrente alega que a recorrida apresentou proposta comercial que não contempla toda a descrição estabelecida no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

Contudo, em análise a proposta comercial apresentada pela recorrida denota-se que na mesma consta, conforme termo de referência.

Ademais, cabe ao fiscal do contrato no ato da prestação dos serviços conferir e exigir que os serviços sejam prestados conforme determinado no termo de referência e demais documentos que fazem parte do processo licitatório.

Ainda, importante ressaltar que a recorrida declarou que tem ciência de todas as condições para o cumprimento das obrigações do objeto, conforme relatório de declarações extraído do sistema, vejamos:

Desta forma, sugere-se pela manutenção da decisão do pregoeiro em relação a classificação da proposta comercial apresentada pela recorrida.

2.3. Da Suspeita de Irregularidade Cadastral

A recorrente relata que, junto ao cadastro do SICAF, faz-se necessário, ao Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal, a informação sobre a Inscrição Estadual e a Inscrição Municipal, bem como, o *upload* de documento comprobatório.

Entretanto, o cadastro do SICAF não é aberto a todos, não podendo a empresa Recorrente consultar estas informações sobre a empresa Executive Tour Viagens Ltda. Contudo, essa é uma PRERROGATIVA do Sr. Pregoeiro, que poderá verificar todas as



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

informações lá contidas, bem como, solicitar documentos a fim de esclarecer situações dúbias sobre a parte licitante.

Conforme relatado pela recorrente considerando que o SICAF não é aberto a consulta por todos, e considerando que o pregoeiro possui a prerrogativa de consulta, ainda, considerando que o pregoeiro habilitou a recorrida entende-se que não houve irregularidade cadastral da recorrida.

2.4. Ausência de CNAE para prestação dos serviços

A recorrente alega que a recorrida em suas atividades econômicas principal e secundárias, a empresa demonstra que é habilitada para a prestação de “Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal” (CNAE - 49.29-9-01), “Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento intermunicipal, interestadual e internacional” (CNAE - 49.29-9-02), e “Agências de viagens” (CNAE - 49.29-9-02).

Cabe ressaltar que a Administração Pública não pode exigir que a licitante contenha o código CNAE específico do objeto a ser licitado em seu cartão CNPJ, sob pena de limitar injustificadamente o caráter competitivo da licitação, que se traduz em menor vantajosidade para a Administração Pública, violando os Princípios da Competitividade e da Economicidade.

Sobre esse tema podemos citar parte do Acórdão nº 1203/2011-Plenário, do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

[...]

Ocorreu, entretanto, que a empresa Dantas foi impedida de participar apenas porque seu cadastro na Receita Federal do Brasil apontava atividade não exatamente igual à atividade licitada, embora haja grande proximidade entre ambas, sendo certo tratar-se de transportes de pessoas e cargas (fl. 232). Impedir que uma empresa participasse do certame com base nesse detalhe cadastral é levar a norma extravagante a limites muito além do necessário e diminuir a competitividade do certame, o que configura irregularidade grave. Além disso, e principalmente, a empresa Dantas apresentou seu Contrato Social onde fica bastante claro que atua no ramo de transporte de passageiros e de cargas (fl. 234 e fl. 239). Por último, a própria Suframa já usufruía dos serviços prestados pela representante, sendo de conhecimento amplo na instituição o ramo de atividade da empresa representante. Enfim, todos os fatores indicavam claramente que a empresa Dantas poderia participar do certame, ofertando propostas e aumentando a competitividade para alcançar o melhor resultado.

Entendemos que o cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame. É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro. Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante. Com base nessas informações, e considerando que em licitação as disposições editalícias devem ser interpretadas a fim de garantir a competitividade do certame, conforme preceitua o parágrafo único, art. 4º,



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Anexo I, Decreto nº 3.555/2000, não haveria motivos para impedir a participação da empresa Dantas, como acabou por ocorrer.
[...]

Desta forma, considerando que a Administração não pode exigir que a licitante contenha em seu cartão CNPJ o CNAE específico do objeto da licitação, sugere-se pela manutenção da decisão do proleitor em habilitar a recorrida.

2.5. Incapacidade Técnica de Empresa Executive Tour Viagens

A recorrente alega que o escopo dos serviços apresentados nos “Atestados de Capacidade Técnica”, em nada tem relação com o objeto do pregão em tela, não se equivalem em nada, eis que são completamente distintos, não se assemelhando ao objeto do presente processo de licitação.

Dito isto, vejamos o disposto no item nº 8.4.1, do edital que trata da apresentação de atestado de capacidade técnica, *in verbis*:

8.4.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **que comprove(m) ter executado os serviços de execução semelhante ao objeto da licitação.** (grifo nosso).

Importante ressaltar que o atestado de capacidade técnica precisa demonstrar que a empresa executou serviços semelhantes, compatíveis não necessariamente igual ao objeto da licitação.

Nesse sentido, temos o entendimento do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Os atestados devem mostrar que o licitante executou obras parecidas, e não iguais, em quantidade e prazos compatíveis com aquela que está sendo licitada. Quaisquer outras exigências que limitem a competitividade são vedadas.

Acórdão 1140/2005-Plenário | Relator: MARCOS VINÍCIOS VILAÇA
ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação técnica | SUBTEMA: Atestado de capacidade técnica Outros indexadores: Objeto da licitação, Compatibilidade. (Grifo nosso).

Corroborando temos o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, *in verbis*:

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. INABILITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, CONFORME EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. LICITANTE QUE COMPROVOU TER EXECUTADO SERVIÇOS PERTINENTES E COMPATÍVEIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE, ISONOMIA E DANO À COMPETITIVIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CARACTERIZADO, EMPRESA HABILITADA PARA PROSSEGUIR NO CERTAME. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA CONHECIDA E DESPROVIDA. Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Nilton Luiz Pereira)' (TJSC, ACMS n. 2003.015947-9, rel. Des. Luiz César Medeiros) (TJSC, RN n. 0502450-24.2012.8.24.0023, deste relator, j. 23-06-2016). (TJSC, Remessa Necessária Cível n. 0313065-18.2016.8.24.0023, da Capital, rel. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 06-08-2019). (Grifo nosso).

Desta forma, considerando que a recorrida apresentou atestado de capacidade técnica, comprovando a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação, não cabe inabilitá-la.

2.6. Falta de Indicadores Financeiros

A recorrente alega que a empresa Executive Tour Viagens Ltda., deixou de comprovar que os índices financeiros apresentados no balanço patrimonial são maiores do que 1, exceto o de endividamento que deverá ser menor que 1, tampouco, demonstrou que o patrimônio líquido é correspondente à 10% do valor da contratação.

Dito isso, passamos a análise do que o edital de licitação exige que a licitante apresente para comprovar a habilitação econômica financeira, vejamos:

8.3.2. Demonstrações contábeis dos 02 últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial (devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante);

8.3.2.1. Para comprovação da letra "8.3.2", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);
[...]

8.3.4. Os índices financeiros apresentados no balanço patrimonial deverão ser maiores do que 1, exceto o de endividamento que deverá ser menor que 1. Caso os índices não sejam apresentados, ou os valores diferentes do solicitado, o patrimônio líquido deverá corresponder à 10% do valor da contratação.

Sendo assim, importante ressaltar que no item 8.3.4 prevê que seja apresentado os índices financeiros e na falta deles, o patrimônio líquido da empresa deverá corresponder à 10% do valor contratado.

Vejamos que, nos balanços patrimoniais registrados nos livros diários de 2022 e 2023 não foram apresentados os referidos índices financeiros, mas em cálculo atende aos índices requisitados.

Ademais, o patrimônio líquido, demonstrado no livro diário de 2023, no valor de R\$ 600.396,49 representa 33,24% do valor da contratação que é de R\$ 1.806.200,00, atendendo também ao requisitado.

Desta forma, considerando que a recorrida atendeu ao disposto no edital de licitação em relação a habilitação econômica financeira, não cabe inabilitá-la.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

3. CONCLUSÃO

Diante da fundamentação exposta, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **SCHROEDER TRANSPORTE LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu **INDEFERIMENTO**.

É o parecer.

Schroeder (SC), 22 de novembro de 2024.

DIEGO AUGUSTO BAYER

Procurador Municipal
OAB/SC n.º 28.822

SUZANA PEREIRA LOPES

Assessora Jurídica
OAB/SC n.º 60.105